

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL E EDUCAÇÃO NO MEIO AMBIENTE

¹Airton Gonçalves de Oliveira; Felipe Alves Torres²; Islanny de Andrade Leite Anastácio³; Ícaro Matheus França Mendes⁴; Ricélia Maria Marinho Sales⁵

¹*Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Pombal/PB, E-mail – airtonifce@yahoo.com.br*

²*Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Pombal/PB, E-mail- felipe_alves.torres@hotmail.com*

³*Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Pombal/PB, E-mail- Islannyandrade56@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Pombal/PB, E-mail - Icaromeendes@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Pombal/PB, E-mail - riceliamms@gmail.com*

Resumo

Na perspectiva de desenvolvimento territorial a educação no meio ambiente surge como uma política pública de ação direta e feito rápido, inserida em um cenário que deve está sempre em constantes mudanças pois trata se do local que a maior parte da juventude frequenta e são caracterizados pela monotonia, sendo este um dos motivos que leva os mesmos a abandonar tais ambientes e procurar outros horizontes. Com esse propósito o trabalho tem como objetivo realizar uma análise das políticas públicas voltadas para jovens rurais e opinião da juventude quanto a qualidade e disponibilidade destas, realizando um discurso sobre as informações passadas para os mesmos no âmbito acadêmico e oportunidades concretas oferecidas a este público, tomando como base a aplicação de questionários na Conferência Territorial das Juventudes Rurais do Médio Piranhas”- CTJRMMP realizada na Cidade de Pombal no interior da Paraíba no ano de 2015. Os jovens rurais se mostraram bastantes positivos nas avaliações da CTJRMMP, sendo destaque nas respostas, a organização e temas tratados nas palestras. Como pontos gerais negativos foi destaque a falta de divulgação e tempo de opinarem na plenária, fato este constatado também em outros trabalhos acadêmicos. Com tudo os eventos surgem para os jovens como oportunidades de expressar seus desejos e nortear algumas decisões tornando público suas dificuldades, tendo um papel fundamental no desenvolvimento da educação, no âmbito das políticas públicas é necessário uma ampliação e concretização destas, pois ainda são muito distantes da realidade da juventude rural.

Palavras-chave: Jovens Rurais, Educação, Meio Ambiente, Migração.

INTRODUÇÃO

O atual processo de urbanização e regularização fundiária reflete um problema que não está ligado somente ao crescimento desordenado das capitais brasileiras ou à falta de oportunidades no campo, mas também remete a educação, diminuição da criminalidade e qualidade de vida, todos estes fatores estão ligados a falta de um olhar criterioso/cuidadoso para a juventude rural e urbano com ênfase nos investimentos pertinentes a esta classe. Baseado em Menezes (2014), a ausência de um sistema de direitos e políticas públicas que valorize o local e proporcione condições iguais para todo jovem, independentemente do território, que resultam em um crescimento descontrolado. Segundo (Berte,2014) Muitos problemas impedem a qualidade de vida da juventude brasileira, não estão ligados somente a uma causa, mas a diversos fatores que, somados, desencadeiam exclusão socioeconômica com visíveis danos ambientais. Em cada espaço onde vivem os jovens, ainda lidam com limites e condições precárias para o trabalho, bem como com a falta de oportunidades de estudar e acesso à saúde péssimo bem como ao esporte, ao lazer, que incentivam o êxodo rural e o crescimento urbano desordenado. No campo, os jovens estão inseridos em condições muito diversas, com culturas diferentes e, muitas vezes, em locais de difícil acesso. Nas cidades, além do ambiente extremamente capitalizado, as opções de cultura, esporte e lazer são tratadas como direitos que distinguem diferentes padrões de vida. Essa realidade leva o jovem cada vez mais à um destino incerto, provocando um aumento na migração da juventude rural para a cidade. Esses são problemas que a muito tempo vem sendo discutidos dentro das unidades acadêmicas e pelas autoridades, no entanto, ainda não se chegou a nenhuma solução eficaz, que venha a ser transformada em oportunidades benefícios práticos para sociedade. O reconhecimento do avanço e da diversidade da juventude brasileira fez com que aumentasse as políticas públicas de interesse dos mesmos, chegando até a diminuir ou criar expectativas de equilíbrio de oportunidades entre a juventude da cidade e da zona rural, algo que não passou de mais uma teoria.

A situação é crítica, por tanto, existe mobilização para mudar esse cenário, é o caso das diferentes Conferências Rurais da Juventude realizadas em vários estados brasileiros, que visa mostrar aos jovens da zona rural as oportunidades, políticas públicas ambientais, desenvolvimento territorial e seus direitos dentro da sociedade assim como linhas de crédito direto para os jovens rurais que tem interesse de empreender. Dentre os mecanismos de implementação do PNRA, está o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF. Este Programa é

“Um mecanismo de acesso à terra por meio da aquisição do imóvel rural e de investimentos básicos e comunitários em projetos apresentados pelos beneficiários voltados a produzir aumento da renda e da produção de alimentos, à melhoria de suas condições de vida e à dinamização das economias locais”. (INCRA, 2005, p. 25).

Até abril de 2013, o mecanismo específico, dentro do PNCF, que poderia beneficiar os jovens é o que dispunha sobre incentivos (Selos) para os jovens de 18 a 32 anos, Nossa Primeira Terra, um subprograma específico para estes jovens. Até então, jovem rural era atendido pelas linhas de atendimento geral do PNCF - Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). A partir de abril de 2013, o PNCF criou uma linha de financiamento específica para o jovem rural (de 18 a 29 anos). Os programas de acesso à terra são complementados pelo acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf A), para o financiamento de projeto agrícola, e subprograma similar específico para jovens (Pronaf Jovem); pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Logo, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise das políticas públicas voltadas para jovens rurais e opinião da juventude quanto a qualidade e disponibilidade destas, realizando um discurso sobre as informações passadas para os mesmos no âmbito acadêmico e oportunidades concretas oferecidas a este público. onde foi utilizado como base a “Conferência Territorial das Juventudes Rurais do Médio Piranhas” realizada na Cidade de Pombal no interior da Paraíba. Com tudo, torna-se necessário investigar algumas propostas citadas por Theys (2006:p,179), que remetem a observação dos processos de operacionalização dos princípios do Desenvolvimento Territorial Sustentável e as respectivas ações coletivas e territoriais, as quais demandam um continuo aperfeiçoamento de quatro modos de ação, diferentes e complementares: a) a fundamentação jurídica legítima, negociada entre os diferentes atores sociais, com regras claras e estabilizadas no longo prazo; b) a valorização da descentralização, incentivando as complementaridades entre os objetivos econômicos, sociais e ecológicos do desenvolvimento; c) as inovações institucionais; e d) o recentramento das intervenções do setor público frente às incertezas da problemática socioambiental e os riscos embutidos nas dinâmicas convencionais de desenvolvimento. Mediante tal informações e baseado na definição de políticas públicas, conforme FEIJÓ (2005) que as mesmas se traduzem no seu processo de elaboração, implantação e, sobretudo, em seus resultados e meios que o poder público nas esferas municipal, estadual e federal buscam para viabilizar as mais variadas formas de acesso a bens e ao exercício da cidadania. Esse processo envolve a distribuição e redistribuição de poder e tem como um dos pontos principais mitigar o conflito social nas tomadas de decisão e buscar o equilíbrio na repartição dos custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação da sociedade que envolve vários atores sociais com projetos e interesses por

vezes comuns, outros diferenciados e até contraditórios, para FEIJÓ (2005) se faz necessária a mediação institucional para que se possa obter certo consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obterem os resultados almejados. Esse tripé política pública de desenvolvimento territorial, juventude rural e educação meio ambiente será bastante discutido nesse trabalho, até mesmo pela necessidade vista na sociedade atual.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados apresentados e discutidos neste artigo são oriundos da aplicação de questionários na Primeira Conferência Territorial das Juventudes Rurais do Médio piranhas, realizada na Cidade de Pombal no estado da Paraíba no dia 16 de Setembro de 2015 e dados secundários de *Sites* oficiais do governo Federal, Municipal e Estadual. Foram aplicados 80 questionários sendo que 30 destes foram respondidos por pessoas consideradas como jovens da zona rural com idade até 29 anos, e os demais questionários foram respondidos por pessoas com idade acima de 29 anos. Submetidos a uma padronização os questionários possui itens de múltipla escolha, sendo separados em estruturados e não estruturados. Segundo (MALHOTRA,2001) questionários estruturados são aqueles que se apresentam por meio de perguntas de múltipla escolha em que o entrevistado deve escolher uma ou mais alternativas e não estruturados são os as questões respondidas de forma discursivas. Com os dados em mãos foi feita a sistematização das respostas, objetivando saber quais foram iguais, quantas foram diferentes e quantos não responderam, após essa quantificação os dados foram rodados no programa Excel (2013) para assim ser gerado os gráficos para interpretação dos resultados. O questionário estruturado contém uma avaliação com opção de excelente, bom e regular de quatro itens a saber: Credenciamento, palestras, trabalhos em grupos e organização geral do evento. Já os itens não estruturados são variadas respostas divididos em pontos negativos, pontos positivos e sugestões.

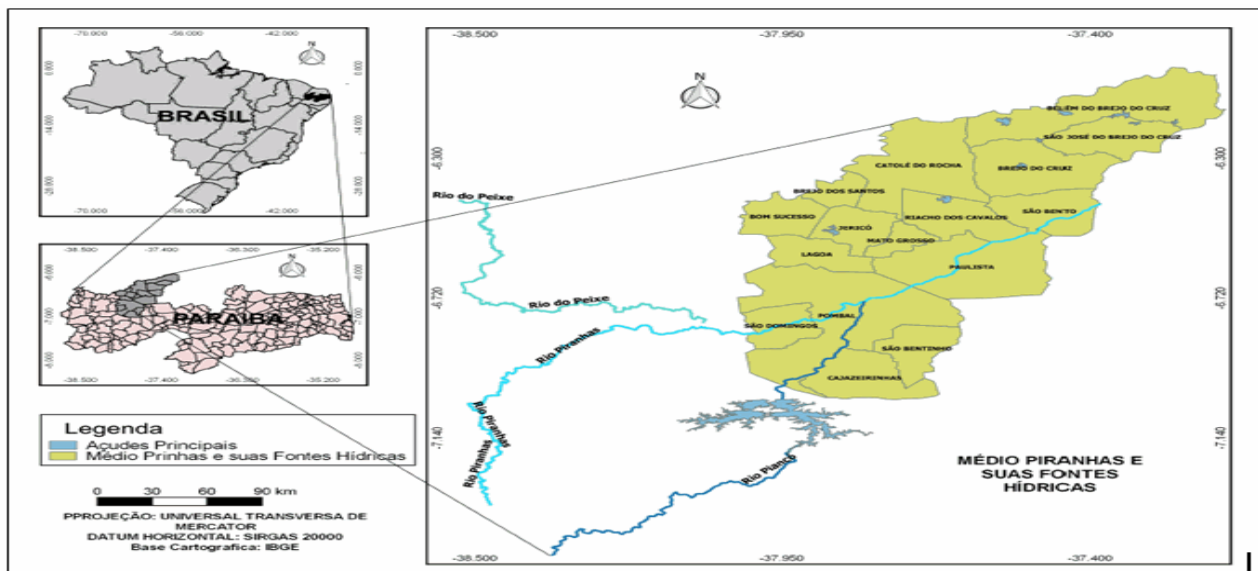
O total de participantes foram divididos em seis grupos de acordo com os eixos de discussão a seguir: Eixo I – Direito a Participação Social e a Educação, Eixo II – Direito à Educação, Cultura e Desporto, Eixo III – Direito a Qualificação Trabalho e Renda, Eixo IV – Direito à Igualdade, Diversidade, Segurança Pública e Acesso à Justiça, Eixo V - Direito à saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade e Eixo VI – Direito ao Território e a Mobilidade. Cada Eixo foi acompanhado e orientado por um facilitador com afinidade a área a ser abordada. Ao final foi feito uma interação e compartilhamento de informações entre todos os eixos, colocando como pontos central a juventude, o desenvolvimento territorial e as políticas públicas.

Os dados foram interpretados em porcentagem e baseados nas discussões de eventos da região e respostas manuscritas. Sendo gerado os resultados em gráficos a partir das respostas obtidas, visando um estudo de conhecimento do público em questão e gerando um conjunto de informações necessárias para confiabilidade do trabalho e auxílio aos gestores públicas em melhoria na educação rural. Esses resultados também nos permite uma análise de desenvolvimento das atividades já realizadas com ênfase na juventude rural, políticas públicas e meio ambiente, colocando em destaque a qualidade e tipo de atividade, se atingiu o público e objetivos planejados, satisfação dos mesmo com essa atividade e o nível de mobilização (Nacional, Estadual ou Municipal).

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

A Paraíba possui uma população de 3.943.885 habitantes distribuídos em uma área de 566.585 Km² segundo os dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Sales, Araújo e Martins (2015) o Médio Piranhas é um dos quinze territórios rurais distribuídos ao longo de todo o Estado, está localizado na Mesorregião do Sertão Paraibano e conta com os seguintes municípios: Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Cajazeirinhas, Catolé do Rocha, Jericó, Lagoa, Mato Grosso, Paulista, Pombal, Riacho dos Cavalos, São Bentinho, São Bento, São Domingos e São José do Brejo do Cruz, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 - Território Rural do Médio Piranhas

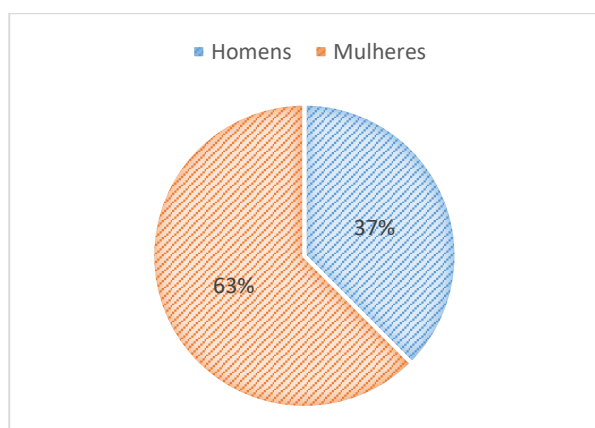


Fonte: Oliveira,2017. Dados shape file extraídos do IBGE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

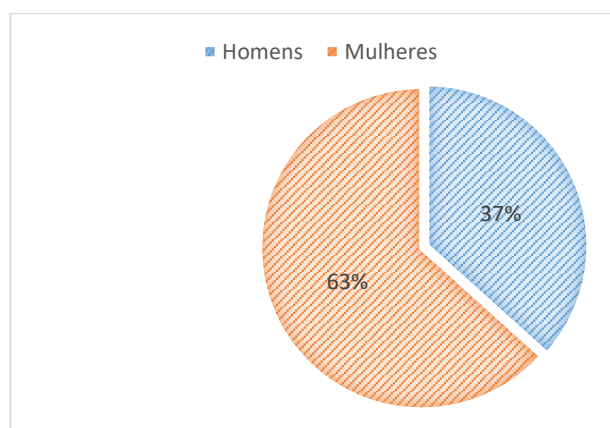
Destaca - se que, conforme consta em SNJ (2010), as ações de governo identificadas e efetivas com o recorte juvenil, ou seja, com escopo específico para a juventude, no espaço rural, entre 2003 e 2010, foram realizadas pelo MDA, Incra, MEC e MTE e priorizaram a disponibilização de crédito para aquisição de terra ou para a realização de projetos técnicos, de formação em educação do campo e de produção agropecuária, centrados no PNCF-NPT e Pronaf Jovem, além do Pronera, que é realizado pelo Incra, o qual aborda de forma transversal os(as) jovens do campo, bem como o ProJovem Campo, executado pelo MEC, e o Consórcio Rural da Juventude, que foi realizado pelo MTE em parceria com as organizações sindicais. Em agosto de 2011, aconteceu na Câmara dos Deputados, o Seminário Nacional da Juventude Rural intitulado a permanência do jovem no campo e a continuidade da agricultura familiar no Brasil, onde se abordou temas como sucessão nas propriedades familiares, agenda política e os desafios para a consolidação da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. Com esses resultados e investimentos feitos pelo Governo Federal, vamos analisar o pensamento da juventude rural no ano de 2015 á 2017, priorizando o meio ambiente e as políticas públicas que foram desenvolvidas. O gráfico a abaixo mostra a participação em porcentagem separada por gênero na Conferência Territorial Rural do Médio Piranhas, onde os dados foram retirados da ficha de inscrição de cada participante.

Gráfico 01: Participantes com idade de ≤ 29 anos



Fonte: Oliveira,2017.

Gráfico 02: Participantes com idade > 29 anos.

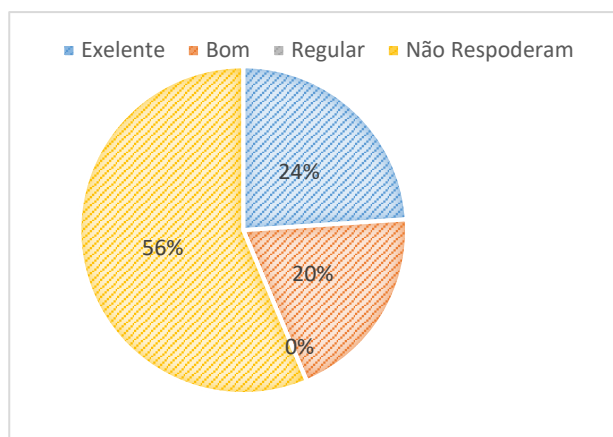


Fonte: Oliveira,2017.

Os resultados ilustrados graficamente acima nos dão uma ideia de como está o interesse da juventude pelos seus direitos de desenvolvimento territorial e políticas públicas de sustentabilidade. Como vimos em ambos os gráficos que obtiveram mesma porcentagem, no entanto,

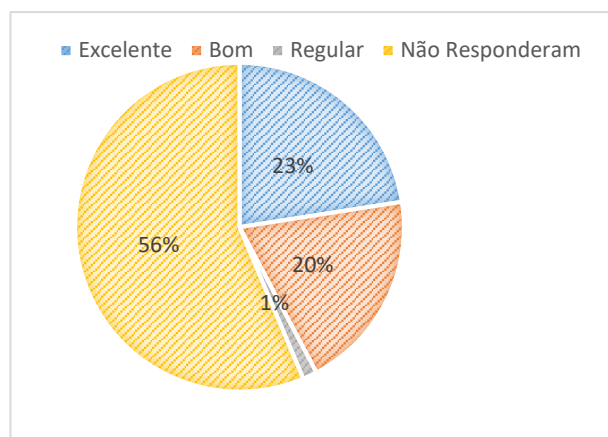
mostra uma superioridade na participação das mulheres em relação aos homens, isso pode ser explicado de duas formas ou mais. Primeiro o homem acha que não pode perder seu tempo para participar de determinados eventos, então mandam as mulheres para representá-los, segundo as mulheres tem mais interesse por eventos que discutem a realidade e a tentativa de mudança e melhorias. Essas são apenas duas suposições levantadas neste trabalho, mas como já foi dito, pode existir várias outras. Para melhor entendimento e sistematização do objetivo em estudo, os gráficos 03, 04, 05 e 06 nos dar a opinião dos participantes jovens e não jovens, em percentagem com relação a alguns pontos da Conferência Territorial da Juventude Rural do Médio Piranhas, permitindo assim uma análise geral que contempla parte do objetivo do trabalho.

Gráfico 03: Satisfação com o credenciamento



Fonte: Oliveira,2017.

Gráfico 04: Satisfação com as palestras

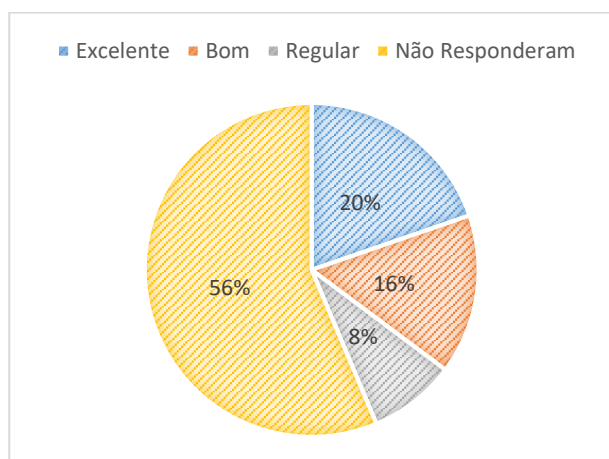


Fonte: Oliveira,2017.

Esses resultados ilustrados graficamente acima mostram se variados quando comparados com outros eventos, público em questão e objetivo. Por tanto pode ser observado em destaque que 56% do público presente não responderam os questionários, isso nos mostra que não existe um interesse de compartilhamento das informações o que dificulta a quantificação de alguns dados, nesse sentido as respostas não estruturadas nos dá o subsidio necessário para interpretar tais resultados. São muitas as dificuldades encontradas no campo, mesmo assim 23% á 24% das dos jovens que responderam o questionário apresentaram se com uma avaliação positiva do evento, tendo maior dificuldade no deslocamento da zona rural para urbana bem como a falta de divulgação e pouco tempo para que todos pudessem dar suas opiniões em plenária, os gestores públicos dos municípios envolvidos não se fizeram presentes causando uma expressão negativa para maioria dos jovens. A evolução do da

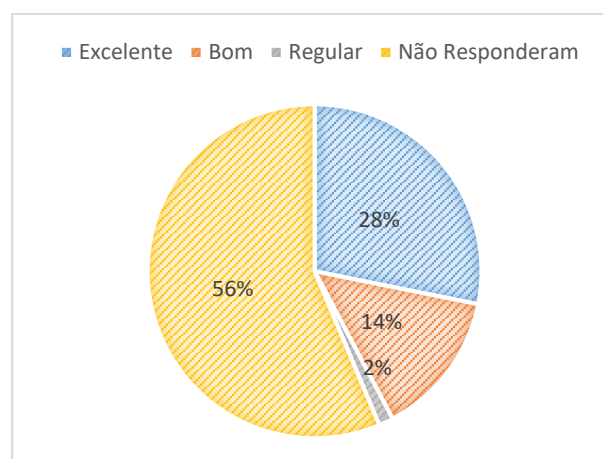
necessidade de investimentos voltados para juventude é clara ao desenrolar dos anos. Em 2010, durante o IV Seminário Nacional do PRONERA, o presidente Lula assinou o Decreto 7.352, que tratou sobre a política de educação do campo e definiu que esta seria destinada à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, sendo desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, regida pela LDB e pelas orientações do Decreto anunciado. Em maio de 2006 o Ministério da Educação reconhece que a Educação do Campo é papel estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural brasileiro e que a Pedagogia da Alternância vem se destacando para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Médio, ampliando as oportunidades de inserção na educação superior e no mercado de trabalho.

Gráfico 05: Satisfação com os trabalhos em grupos



Fonte: Oliveira,2017.

Gráfico 06: Satisfação com a organização geral do evento



Fonte: Oliveira,2017.

A média do nível de satisfação do evento realizado, dos dois itens avaliados nos gráficos acima foi de 20% consideram excelente, 16% consideram Bom e 7% consideram regular ou seja é uma avaliação com resultados bastante animador, visto que este explana a satisfação dos jovens e não jovens com eventos que esclareçam e transpõem informações de seus direitos ainda que atrelados a temas diversos e específicos. Em uma análise individual de cada gráfico mostra uma superioridade quanto ao item organização geral do evento e quanto as palestras realizadas, com isso podemos afirmar que a organização e o conteúdo a ser ministrado em eventos atrai cada vez mais os jovens e não jovens a

participar de discussões em eventos ou qualquer outra forma de manifestação aos seus direitos, a políticas públicas, desenvolvimento territorial, meio ambiente, educação, saúde e lazer. Segundo Echeverri, Ribeiro (2005) o mundo rural está no centro dos processos de integração e coesão territorial da maior parte dos países da região. Um desenvolvimento rural harmônico e eficiente é garantia para que nossas sociedades consigam superar os desequilíbrios regionais que ameaçam a governabilidade e estabilidade da política institucional. Essa é uma realidade na região do Caribe na América Latina, mas que pode ser comparada com a realidade do Brasil, baseado nos estudos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, IICA no Brasil. Essa é uma prova que o desenvolvimento territorial, políticas públicas, educação e meio ambiente devem caminhar juntos com as futuras gerações (Jovens) e possuir uma estabilidade dos governantes, assim como foi mencionado por Rafael Echeverri, o bom funcionamento parte de atividades em conjunto.

POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, a vulnerabilidade dos jovens em geral tem sido periodicamente constatada em pesquisas como as realizadas pelo IBGE (Censo e Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios). Pobreza, violência, mortes, baixo acesso à educação, desemprego, tem sido mais de uma vez relatados, tendo como exemplo a PNAD de 2007 como característica forte deste segmento social. Os avanços são muitos, mas ainda deixa muito a desejar aos jovens que estão no estopim do desenvolvimento mental e na chamada euforia de transição, onde tem a sua disposição oportunidades únicas, que são ou eram pra serem decididas em conjunto com a orientação familiar e educacional, coisa que não se vê a décadas, aí surge o questionamento: Quem é o responsável pelo atrofiamento do conhecimento da juventude e suas decisões incertas? Muitos culpam apenas a falta de oportunidades e a família, no entanto, podemos afirmar que não existe um responsável e sim é um conjunto de fatores que juntos evitariam a falta de oportunidades, de educação, saúde e lazer. Vejamos parte das oportunidades e políticas públicas/Programas para juventude rural no quadro 01 abaixo.

Quadro 01: Políticas públicas e programas que beneficiam os jovens

POLÍTICAS PÚBLICAS OU PROGRAMAS	BREVE DESCRIÇÃO	PUBLICO ATENDIDO
Reforma Agrária	No entanto, no início de 2013, o INCRA estabeleceu novas regras, que garantem (em assentamentos com mais de vinte lotes), que 5% sejam destinados aos jovens, sem considerar as regras gerais (tamanho da família, renda, residência e outros). (INCRA, 2013). O	Jovens de até 29 anos e outros que se enquadrem como beneficiários.

	Programa de Reforma Agrária também oferece aos beneficiários uma ajuda financeira chamada Crédito Instalação.	
PNCF	A alternativa de acesso à terra para o jovem rural é candidatar-se ao financiamento de imóveis rurais, dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O PNCF é um programa de acesso à terra complementar à Reforma Agrária, que incorpora propriedades com áreas inferiores a quinze módulos fiscais e propriedades produtivas que não sejam passíveis de desapropriação.	Agricultores com uma linha de crédito específica para jovens
PRONAF Jovem	O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Há duas linhas do Pronaf que podem ser acessadas, atualmente, pelos jovens. O Pronaf Jovem, em que o jovem rural explora parte da terra da família, e ainda mora com ela. As outras linhas disponíveis (que não são específicas para jovens) podem ser acessadas por eles, se tiverem sido emancipados.	Específico para jovens agricultores
PRONATER	O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - A demanda por assistência técnica e extensão rural, junto a famílias com acesso à terra, indica que as políticas de ATER tem muito a avançar, no sentido de atendê-la, seja em termos de cobertura (número de famílias atendidas), como no de qualidade da assistência fornecida.	Para agricultores

Fonte Oliveira, 2018. Dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontam os resultados dos gráficos analisados no corpo do trabalho e comparações feitas com outros artigos científicos e livros, fica concluído a importância dos eventos realizadas sobre temas diversos voltados para o desenvolvimento territorial, juventude rural e educação no meio ambiente, visto que existe uma necessidade de interação da abordagem teórica e prática dos três temas analisadas, assim como a interação dos mesmos. Quanto as políticas públicas e programas de assistências aos jovens, necessitam de uma ampliação e que cheguem com maior facilidade e mais informações dando consistência e segurança a juventude rural tendo efeito direto na minimização da evasão destes à procura de oportunidades muitas vezes na zona urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Marcella Berte (Org.). **Territórios: espaços para o exercício da cidadania da juventude**. Goiânia: Juventude e Meio Ambiente, 2014.

MENEZES, Marilda Aparecida de et al (Org.). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Coleção Juventude. Série Estudos; N. 1, 2014. 272 p.

THEYS, Jacques. **O Ordenamento Territorial Face Ao Desenvolvimento Sustentável: sentido e limites de uma integração**” in: **Eisforia**, v. 4, n. 4, pp.179-198, 2006.

FEIJÓ, Ricardo L. C. **O Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar: um estudo sobre seus custos e benefícios**. Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 379-416, 2005.

MALHOTRA, Naresh K. **PESQUISA DE MARKETING: UMA ORIENTAÇÃO APLICADA**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ECHEVERRI, Rafael; RIBERO, María Pilar. **Nueva Ruralidade: Vision territorio en America Letina y el Caribe**. Brasília: IICA, 2002. 190 p. Tradução: Dalton Guimarães.

ARAUJO, M. C. C. **Avaliação do nível de qualidade de vida urbana: um estudo exploratório a partir do fenômeno da expansão urbana e oferta de serviço e recursos urbanos no município do Natal/RN**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Campina Grande – PB. 197 p. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Estudos e Pesquisas).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Comunicados do Ipea nº 42-PNAD 2008: primeiras análises – o setor rural**. Brasília: Ipea, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 29 mar. 2010.

MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão de. **O censo de 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Brasília: MDA, 2012.